Sumário **Caderno Empresarial 2**

BALANÇO	
AMBEV S.A	22
ARTERIS S.A.	14
BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO SA	48
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	37
PORTO SEGURO S/A	
TELEEÔNICA DATA CA	4



Volume 124 • Número 39 São Paulo, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014

Página 48

imprensa**o**ficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco CNPJ 33.485.541/0001-06

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No exercício, o Banco Boavista registrou Lucro Líquido de R\$ 129,3 milhões, correspondente a R\$ 50,34 por lote de mil ações, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, do Banco Patrimônio Líquido de R\$ 2,7 bilhões e Ativos Totais de R\$ 2,8 bilhões.

Osasco, SP, 29 de janeiro de 2014. Diretoria

	BALANÇO PAT	RIMONIAL EM	31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		
ATIVO	2013	2012	PASSIVO	2013	2012
CIRCULANTE	970.743	920.890	CIRCULANTE	23.987	46.892
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	2	2	OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.987	46.892
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	778.523	699.852	Sociais e Estatutárias (Nota 12d)	1.229	3.037
Aplicações no Mercado Aberto	20.493	28.470	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	22.531	36.742
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	758.030	671.382	Diversas (Nota 11b)	227	7.113
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DERIVATIVOS (Nota 6)	13.395	30.895			
Carteira Própria	4.734	22.903	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	96.476	97.650
Vinculados à Prestação de Garantias	8.661	7.992	OUTRAS OBRIGAÇÕES	96.476	97.650
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	982	4	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	83.479	91.213
Transferências Internas de Recursos	982	4	Diversas (Nota 11b)	12.997	6.437
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	301	1.504			
Operações de Crédito					
- Setor Privado	334	1.671	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.654.480	2.529.135
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(33)	(167)			
OUTROS CRÉDITOS	177.540	188.633	- De Domiciliados no País (Nota 12a)	1.300.000	1.231.000
Rendas a Receber (Nota 8a)	152.447	154.081	Reservas de Lucros (Nota 12c)	1.354.128	1.295.022
Diversos (Nota 8b)	25.093	34.552	Ajustes de Avaliação Patrimonial	352	3.113
Outros Valores e Bens	68	88			
Provisões para Desvalorizações	(68)	(88)			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	439.104	458.023			
OUTROS CRÉDITOS	439.104	458.023			
Diversos (Nota 8b)	439.104	458.023			
PERMANENTE	1.365.096	1.294.764			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	1.365.096	1.294.759			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	1.359.989	1.289.656			
Outros Investimentos	25.872	25.868			
Provisões para Perdas	(20.765)	(20.765)			
IMOBILIZADO DE USO		5			
Móveis e Equipamentos de Uso	-	5			
TOTAL	2.774.943	2.673.677	TOTAL	2.774.943	2.673.677
TOTAL			TOTALegrante das Demonstrações Contábeis.		2.774.943

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	- Em Reais mil		
	2º Semestre	Exercícios 31 de de	
	2013	2013	2012
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	34.766	61.478	50.911
Operações de Crédito	266	1.295	1.155
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	34.500	60.183	49.756
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	67	134	157
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	67	134	157
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	34.833	61.612	51.068
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	54.485	86.358	295.199
Outras Despesas Administrativas (Nota 13)	(1.634)	(3.919)	(2.936)
Despesas Tributárias (Nota 14)	(1.851)	(3.283)	(3.842)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	60.723	100.205	292.303
Outras Receitas Operacionais (Nota 15)	5.785	10.696	35.983
Outras Despesas Operacionais (Nota 16)	(8.538)	(17.341)	(26.309)
RESULTADO OPERACIONAL	89.318	147.970	346.267
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	6	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	89.318	147.976	346.267
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 18)	(10.829)	(18.641)	(26.584)
LUCRO LÍQUIDO	78.489	129.335	319.683
Número de ações (Nota 12a)	2.569.275.469	2.569.275.469	2.569.275.469
Lucro por lote de mil ações em R\$	30,55	50,34	124,43

Boavista Interatlântico S.A. (Banco Boavista), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições

				Patrimonial		
	Capital Reservas de Lucros C			Coligadas e	Lucros	
Eventos	Social	Legal Estatutárias		Controladas	Acumulados	Totais
Saldos em 30.6.2013	1.300.000	47.991	1.228.394	641	_	2.577.026
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(289)	-	(289)
Lucro Líquido	-	-	-	-	78.489	78.489
Destinações: - Reservas	-	3.924	73.819	-	(77.743)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(746)	(746)
Saldos em 31.12.2013	1.300.000	51.915	1.302.213	352	-	2.654.480
Saldos em 31.12.2011	1.231.000	61.897	916.479	299	-	2.209.675
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	2.814	-	2.814
Lucro Líquido	-	-	-	-	319.683	319.683
Destinações: - Reservas	-	15.984	300.662	-	(316.646)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(3.037)	(3.037)
Saldos em 31.12.2012	1.231.000	77.881	1.217.141	3.113	-	2.529.135
Aumento de Capital com Reservas	69.000	(32.432)	(36.568)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(2.761)	-	(2.761)
Lucro Líquido	-	-	-	-	129.335	129.335
Destinações: - Reservas	-	6.466	121.640	-	(128.106)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(1.229)	(1.229)
Saldos em 31.12.2013	1.300.000	51.915	1.302.213	352	_	2.654.480

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Ajustes

(4,4)

(2,6)

(2,3)

(0,2)

(0,1)

33,7

33,7

66.3

66.3

100,0

100,0

14.5

14,5

85.5

8,0

84,7

157

9.674

(2.936)

(2.493)

(285)

(21)

(30)

(20)

(25)

(62)

57.806

57.806

292,303

292.303

350.109

350.109

30.426

30.426

319.683

3.037

316.646

17,3

14,5

2.8

(0,8)

(0,7)

(0,1)

16,5

83.5

83.5

100,0

100,0

8.7

8,7

91.3

0,9

90,4

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábe	is.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil	
•	-

DEMONSTRA	TRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil						
	2º Seme	estre	Exercícios findos em 31 de dezemb				
Descrição	2013	%	2013	%	2012		
1 - RECEITAS	32.080	35,2	54.973	36,3	60.742		
1.1) Intermediação Financeira	34.766	38,1	61.478	40,6	50.911		
1.2) Reversão de Provisão para Créditos							

67

(2.753)

(1.634)

(1.438)

(139)

(15)

(8)

(34)

30.446

60.723

60 723

91.169

91.169

12.680

12.680

78,489

746

77.743

Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

0,1

(3,0)

(1,8)

(1,6)

(0,2)

33,4

66.6

66.6

100,0

100,0

13.9

13,9

86.1

0,8

85,3

134

(6.639)

(3.919)

(3.441)

(262)

(25)

(22)

(14)

(87)

51.054

100.205

100.205

151.259

151.259

21.924

21.924

129.335

1.229

128.106

	2º Semestre	Exercícios fir 31 de deze		
	2013	2013	2012	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	89.318	147.976	346.267	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	(60.639)	(100.151)	(295.838)	
Despesas com Provisões Cíveis e Fiscais	151	193	(3.378)	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(60.723)	(100.205)	(292.303)	
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(67)	(134)	(157)	
Reversões de Provisões para Desvalorização de Ativos	-	(20)	(1.038)	
Perda na Venda de Investimentos	-	15	1.038	
Lucro Líquido Ajustado	28.679	47.825	50.429	
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(982)	(978)	127	
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(32.172)	(86.647)	(99.746)	
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação	18.590	17.500	(2.422)	
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	668	1.339	1.572	
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	571	24.739	(10.096)	
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(8.254)	(18.020)	(24.189)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(3.718)	(16.859)	(422)	
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	3.382	(31.100)	(84.747)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	-	6	-	
Alienação de Investimentos	-	-	200	
Aquisição de Investimentos	(4)	(7.664)	-	
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	202	33.818	106.336	
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	198	26.160	106.536	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				
Dividendos Pagos	(3.037)	(3.037)	(2.084)	
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(3.037)	(3.037)	(2.084)	
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	543	(7.977)	19.705	
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	19.952	28.472	8.767	
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	20.495	20.495	28.472	
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	543	(7.977)	19.705	

s Contábeis.	As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES	S CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS DA A	DIMINIOTRAÇAO	AS DEMONSTRAÇOL	S CONTADEIS		
	f) (Operações de crédito,	outros créditos e provis	ão para créditos d	e liquidação duvido

de Liquidação Duvidosa......

2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS

Propaganda e Publicidade

Serviços do Sistema Financeiro

4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE.....

TRANSFERÊNCIA.

Dividendos ..

Lucros Retidos.

e Controladas.

3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)......

5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM

Resultado de Participações em Coligadas

6 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (4+5)

7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

7.1) Impostos, Taxas e Contribuições

7.2) Remuneração de Capitais Próprios

Contribuições Sindicais......

Comunicações

Transportes

Outras

Serviços Técnicos Especializados

1.3) Outras ...

recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto. 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito;

estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de janeiro de 2014.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

1) CONTEXTO OPERACIONAL

Senhores Acionistas,

autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com

taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operacões, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo) aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa para desvalorização, quando aplicável

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no pela Administração.

resultado quando da efetiva realização; e Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro. o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. do período.

Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, passivos diferidos correspondentes. modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

dosa O Banco Boavista Interatlântico S.A. (Boavista ou Instituição) é uma instituição financeira múltipla, que tem por objetivo efetuar. As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de operações bancárias em geral, inclusive câmbio. O Boavista é parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas atividades risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se de seus em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	В
de 31 a 60 dias	С
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	Н

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (accrual) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas

contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a

reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação

dos riscos de crédito.

de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 Lei nº 11.941/09, não terão efeitos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e

previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 18.

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo

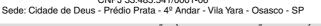
CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

doaumente assimado ligitalmente

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-06



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Posição bancada...

Total em 2013.

Total em 2012.

Total (Nota 6b)

Total em 2012.

circulante

semelhantes; e

Títulos de renda fixa.

Total

Títulos para negociação (2)

Letras financeiras do tesouro

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).

Notas do tesouro nacional.

Aplicações em depósitos interfinanceiros

Os investimentos em controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são a) Composição e prazos avaliados pelo método de equivalência patrimonial Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda/redução ao valor

recuperável (impairment), quando aplicável i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Ós ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu Aplicação no mercado aberto: valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do

devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do

período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo: · Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as guais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade Rendas de aplicações em operações compromissadas: com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que Posição bancada ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros com suficiente segurança;

Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam 6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são a) Classificação por categorias e prazos considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas: e

Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão <u>Títulos</u> apresentados na Nota 10.

k) Outros ativos e passivos

h) Investimentos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, Total em 2013..... auferidos (em base pro rata dia) e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base pro rata dia).

I) Eventos subsequentes Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por: Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de d	lezembro - R\$ mil
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional	2	2
Total de disponibilidades (caixa)	2	2
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	20.493	28.470
Total de caixa e equivalentes de caixa	20.495	28.472
(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou i insignificante de mudança de valor justo.	nferior a 90 dias e que	apresentem risco

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Composição total das carteiras e prazos

									Em 31 de dez	zembro - R\$ mil
					Curso normal					
	1 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 180	181 a 360	Acima de		Total	i	
Operações de crédito	dias	dias	dias	dias	dias	360 dias	2013	%	2012	%
Empréstimos	222	112	-	-	-	-	334	0,8	1.671	4,0
Total das operações de crédito	222	112	-	-	-	-	334	0,8	1.671	4,0
Avais e fianças (1)	-	-	-	-	-	39.045	39.045	99,2	40.080	96,0
Total em 2013	222	112	-	-	-	39.045	39.379	100,0		
Total em 2012	222	111	111	380	847	40.080			41.751	100,0

(1) Contabilizados em contas de compensação

b) Modalidades e níveis de riscos			Fn	n 31 de dezemb	oro - R\$ mil
		Total		Tota	
Operações de crédito	D	2013	%	2012	%
Empréstimos	334	334	100,0	1.671	100,0
Total em 2013	334	334	100,0		
Total em 2012	1.671			1.671	100,0
c) Concentração das operações de crédito e outros crédito	os				
			En	n 31 de dezemb	oro - R\$ mil
	2013	%	2	012	%
Maior devedor	334	100,0		1.671	100,0
Dez maiores devedores	334	100,0		1.671	100,0
d) Setor de atividade econômica					
•			En	n 31 de dezemb	oro - R\$ mil
	2013	%	2	012	%
Setor privado					
Indústria	334	100,0		1.671	100,0
Total	334	100 0		1 671	100 0

e) Composição das operações o	de crédito e da	provisão par	a créditos d	le liquidação	duvidosa		-
					En	n 31 de dezem	bro - R\$ mil
	Sal	do da carteira	1	Mínimo		Provisão	
	Curso			requerido	Requerida	Total G	ieral
Nível de risco	normal	Total	%	%	Genérica	2013	2012
D	334	334	100,0	10,0	33	33	167
Total em 2013	334	334	100,0		33	33	
%	100,0	100,0			100,0	100,0	
Total em 2012	1.671	1.671			167		167

100.0

100,0

	f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa		
l	_	Em 31 de de	ezembro - R\$ mil
-		2013	2012
-	Saldo inicial	167	324
,	Reversão de provisão	(134)	(157)
)	Saldo final	33	167
	Provisão genérica (1)	33	167
I	Recuperação de créditos baixados como prejuízo (2)	1.246	1.009
_	(1) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação; e		
)	(2) Registradas em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções	do BACEN.	
)	No período não ocorreram renegociações de operações de crédito.		
I	8) OUTROS CRÉDITOS		
	a) Rendas a receber		
	Refere-se a dividendos a receber, no montante de R\$ 152.447 mil (2012 - R\$ 154.081 mil).		
)			
)	b) Diversos	F 04 de d	b Dd!
		Em 31 de d	ezembro - R\$ mil

1 a 30

dias

20.493

20.493

20.493

28.470

Valor de

mercado/

contábil (1)

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na

(2) Para fins de apresentação do Balanco Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo

c) O Boavista não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações

de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características

13.395

13.395

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários

181 a 360 Acima de

360 dias

4.982

4.982

12.378

dias

8.413

8.413

18.517

181 a 360

dias

758.030

758.030

671.382

2013

Valor de

custo

atualizado

13.395

13.395

2013

Marcação

mercado

2013

58.202

1.981

60.183

1.753

56.449

58.202

	2013	2012
Tributos antecipados	189.506	183.557
Depósitos para interposição de outros recursos	119.713	135.613
Créditos a receber (Nota 19a) (1)	69.988	84.447
Depósitos para interposição de recursos fiscais	59.942	57.684
Créditos tributários (Nota 18c)	25.048	31.274
Total	464.197	492.575
(1) Refere-se a Direitos a Receber dos ex-controladores.		

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

	Capital	Patrimônio líquido	Quantidade de possuídas (em	3	Participação no capital social	Lucro líquido	Valor con	ıtábil	Ajuste dec de avaliaç	
Empresas	social	ajustado	Ações	Cotas	%	ajustado	2013	2012	2013	2012
Fibre Holdings Ltda	218.660	425.646	-	194.660	100,000000	37.285	425.646	381.054	37.285	28.550
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	1.028.459	1.334.860	31.268	-	7,266302	68.500	96.995	125.681	4.977	6.677
Embaúba Holdings Ltda	551.937	1.003.611	-	460.134	83,367175	69.121	836.682	782.415	57.556	256.751
Outros Investimentos							666	506	387	325
Total							1.359.989	1.289.656	100.205	292.303

100,0

100.0

	Em 31 de c	lezembro - R\$ mil
	2013	2012
Investimentos por incentivos fiscais	14.559	14.559
Títulos patrimoniais	42	42
Outros investimentos	11.271	11.267
Subtotal	25.872	25.868
Provisão para perdas com investimentos por incentivos fiscais	(10.532)	(10.532)
Provisão para perdas em outros investimentos	(10.233)	(10.233)
Subtotal	(20.765)	(20.765)
Total	5.107	5.103

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, a) Capital social sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição. I - Processos cíveis

com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de

pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição. II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão (1) Em 24 de totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções

informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos,

nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, c) Reservas de lucros com a reversão das respectivas provisões. III - Movimentação das provições

III - Movimentação das provisões		
	Em 31	l de dezembro - R\$ mil
	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo no início do exercício	13.272	13.526
Constituições líquidas de reversões e baixas	7	-
Atualização monetária	-	186
Pagamentos	(282)	-
Saldo no final do exercício (Nota 11a e 11b)	12.997	13.712
(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.		

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como d) Dividendos e juros sobre o capital próprio "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não há processos contingentes avaliados como de perda Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou possível de natureza relevante.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2013	2012	
Impostos e contribuições a recolher (1)	82.452	100.139	
Provisões fiscais (Nota 10b)	13.712	13.526	
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	7.561	10.260	
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 18c)	2.285	4.030	
Total	106.010	127.955	
(1) Inclui R\$ 82.113 mil (2012 - R\$ 98.961 mil) referente ao PAES, instituído pela Lei nº 10.68	34, de 30 de maio de 2	2003 (Nota 19a).	

b) Diversas

5, 51101040	Em 31 de dezembro - R\$ m		
_	2013	2012	
Provisões cíveis (Nota 10b)	12.997	13.272	
Outras	227	278	
Total	13.224	13.550	

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital social no montante de R\$ 1.300.000 mil (2012 - R\$ 1.231.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, representado por 2.569.275.469 ações ordinárias, nominativas escriturais sem valor nominal.

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema b) Movimentação do capital social

,	Quantidade de açõe	es R\$ mil
Em 31 de dezembro de 2012	2.569.275.4	69 1.231.000
Aumento de capital com reservas - AGO/E de 18.4.2013 (1)		- 69.000
Em 31 de dezembro de 2013	2.569.275.4	69 1.300.000
(1) Em 24 de maio de 2013, o BACEN homologou a deliberação para aumento	do capital social, no r	montante de R\$ 69 000 mil

sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte dos saldos das contas "Reservas de Lucros", sendo R\$ 32.432 mil de Reserva Legal e R\$ 36.568 mil de Reserva Estatutária.

,	Em 31 de dezembro - R\$	
_	2013	2012
Reservas de lucros	1.354.128	1.295.022
- Reserva legal (1)	51.915	77.881
- Reserva estatutária (2)	1.302.213	1.217.141
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20%	6 do capital social rea	alizado, ou 30% d

capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Sumário **Caderno Empresarial 2**

Em 31 de dezembro - R\$ mil

2012

28,470

28.470

671.382

699.852

607

46.726

47.333

Marcação

mercado

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

2012

47.333

49.756

2.423

2

2

Exercícios findos em

2012

31 de dezembro - R\$ mil

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Valor de

mercado/

contábil (1)

30.895

30.895

2012

Total

2013

20.493

20.493

758.030

778.523

BALANCO AMBEV S.A.. ARTERIS S.A.. BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO SA PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.. PORTO SEGURO S/A. TELEFÔNICA DATA S.A.



Volume 124 • Número 39 São Paulo, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014

Página 49

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Sumário **Caderno Empresarial 2**

BALANÇO	
AMBEV S.A	22
ARTERIS S.A.	14
BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO SA	48
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	37
PORTO SEGURO S/A	2
TELEFÔNICA DATA S A	44

Volume 124 • Número 39 Página 50 São Paulo, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014

mprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

assimado

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-06 Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SF

	Jede. Oldade de	Deus - I ledio I lata
	NOTAS EXPLICATIVAS	S DA ADMINISTRAÇ
O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonst	rado a seguir:	
		R\$ mil
	2013	2012
Lucro líquido	129.335	319.683
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(6.466)	(15.984)
Base de cálculo	122.869	303.699
Dividendos propostos	1.229	3.037
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	0,48	1,18
13) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
,	Ex	ercícios findos em
	31 de 0	dezembro - R\$ mil
	2013	2012
Serviços técnicos especializados	3.441	2.493
Propaganda e publicidade	262	285
Comunicações	25	30
Transportes	22	20
Serviços do sistema financeiro	14	25
Outras	155	83
Total	3.919	2.936

Outras	155	83
Total	3.919	2.936
14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		
•	Ex	ercícios findos em
	31 de 0	dezembro - R\$ mil
	2013	2012
Contribuição à COFINS	2.792	3.156
Contribuição ao PIS	453	513
Impostos e taxas	38	173
Total	3.283	3.842
15) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
·	Ex	ercícios findos em

_	31 de dezembro - R\$		
	2013	2012	
Reversão de outras provisões operacionais	120	5.526	
Variações monetárias ativas	8.207	28.059	
Atualização monetária sobre depósitos	2.365	2.167	
Outras	4	231	
Total	10.696	35.983	
16) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS			
	Exe	ercícios findos em	
	31 de o	dezembro - R\$ mil	

	Exercícios findos er 31 de dezembro - R\$ m		
-	2013	2012	
Juros sobre obrigações	17.168	21.220	
Doações	-	2.600	
Provisões cíveis	47	1.904	
Patrocínio de caráter cultural	93	150	
Outras	33	435	
Total	17.341	26.309	
17) TRANSAÇÕES COM O CONTROLADOR, CONTROLADA E COLIGADAS			

a) As transações com o controlador, empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis

			Em 31 de de:	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2013	2012	2013	2012		
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)		
Aplicações em depósitos interfinanceiros:						
Banco Bradesco S.A.	758.030	671.382	56.449	46.726		
Aplicações no mercado aberto:						
Banco Bradesco S.A.	20.493	28.470	1.753	607		
Dividendos:						
Banco Bradesco S.A.	(1.229)	(3.037)	-	-		
Embaúba Holdings Ltda	547	2.438	-	-		
Tibre Holdings Ltda	151.848	151.494	-	-		
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	47	63	-	-		
Outras	5	75	-	-		
b) Demonstrate de managel about de Administrates						

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado: O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da

Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da organização Bradesco e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam n Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento baseado em Ações, aprovado pela resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e

parentes até o 2º grau;

Aos Administradores do

Banco Boavista Interatlântico S.A.

b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e e) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou

administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Atualmente, não é possível quantificar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

18) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	LACICIOIS IIIIUOS CITI		
_	31 de d	ezembro - R\$ mil	
	2013	2012	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	147.976	346.267	
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%,			
respectivamente	(59.190)	(138.507)	
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas e controladas	40.082	116.921	
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(1.792)	(1.802)	
Outros valores	2.259	(3.196)	
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(18.641)	(26.584)	
RELATO	ÓRIO DOS AUDITORE	S INDEPENDENT	

TES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Osasco - SP Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Boavista Interatlântico S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa Opinião para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção Outros assuntos relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das KPMG Auditores Independentes emonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não CRC 2SP028567/O-1 F SP

ÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil 2013 2012 Impostos correntes Imposto de renda e contribuição social devidos (12.415) (17.337)Impostos diferidos: (2.355)(107)Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.... Utilização de saldos iniciais de: Base negativa de contribuição social. (2.295)(2.769)Prejuízo fiscal .. (3.824)(4.123)Total dos impostos diferidos... (9.247)Imposto de renda e contribuição social do exercício..... (18.641) (26.584)c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

R\$ mil Saldo em Saldo em 31.12.2012 Constituição Realização 31.12.2013 Provisão para créditos de liquidação duvidosa. 581 528 53 Provisões cíveis 5.309 129 5.199 Provisões fiscais 4.660 74 4.734 Provisão para desvalorização de títulos e investimentos.... 1.444 1.444 Provisão para desvalorização de bens não de uso.. 35 27 1.828 130 140 1.818 Total dos créditos tributários sobre diferenças 13.857 223 13.750 330 temporárias.. Prejuízo fiscal e base negativa. 17.417 6.119 11.298 Total dos créditos tributários (Nota 8b). 31.274 223 6.449 25.048 Obrigações fiscais diferidas (Nota 11a).. 1.993 Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais 27.244 (25) 4.456 22.763

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa Em 31 de dezembro de 2013 - R\$ mil

Preiuízo fiscal e Diferenças temporárias base negativa Imposto Contribuição Imposto Contribuição de renda social de renda social Total 2.152 4.581 10.910 1.488 2.689 2015. 2.701 1.742 2.665 1.363 8.471 2016. 3.370 1.994 5.364 2017 189 114 303 8.412 5.338 7.246 4.052 25.048 A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 23.888 mil (2012 - R\$ 29.366 mil), sendo R\$ 12.938 mil (2012 - R\$ 13.200 mil) de diferenças temporárias e R\$ 10.950 mil (2012 - R\$ 16.166 mil) de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.

e) Obrigações fiscais diferidas A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 2.285 mil (2012 - R\$ 4.030 mil) relativa à atualização monetária de depósitos judiciais.

19) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Por força do Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Integração Empresarial e Outros Pactos, de 7 de julho de 2000, com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas: firmado com o Banco Bradesco S.A., os ex-controladores do Banco Boavista, julgaram oportuno o exercício da opção para aderir ao PAES, objetivando o parcelamento de débitos tributários e previdenciários junto à União, por eles garantidos, os quais vinham sendo questionados nas esferas administrativa e judicial, no montante de R\$ 165.340 mil, conforme faculdade instituída pela Lei nº 10.684 de 30 de maio de 2003.

Conforme a referida legislação, os valores objeto de parcelamento serão quitados no prazo mínimo de 120 meses e máximo de 180 meses, devidamente atualizados pela TJLP.

Os valores atualizados relativos às obrigações fiscais de R\$ 82.113 mil (2012 - R\$ 98.961 mil) e o respectivo direito a receber dos ex-controladores R\$ 69.988 mil (2012 - R\$ 84.447 mil), por forca do citado instrumento estão, respectivamente, registrados em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 10a) e outros créditos - diversos (Nota 8b).

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das

A Organização Bradesco exerce o controle dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

O Boavista como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram: Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);

Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);

 Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);

 Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10); Resolução nº 4 007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23): e

Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva. d) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre

IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre: • A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis

introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e

· O parcelamento especial de contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da seguridade Social - Cofins. A Instituição aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar não haverá impactos relevantes.

e) Não houve outros eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

> A DIRETORIA Luiz Filipe Lopes Soares - Contador - CRC 1SP208127/O-5

para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação

da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

posição patrimonial e financeira do Banco Boavista Interatlântico S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 24 de fevereiro de 2014

Cláudio Rogélio Sertório Contador CRC 1SP212059/O-0

DO.online

Descubra 120 anos de história. Agora, você tem todo o acervo do Diário Oficial, disponível desde 1891, com a busca por palavra-chave. Gratuitamente.

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação.

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



quarta-feira, 26 de fevereiro de : DIÁRIO DO COMÉR Banco Boavista Interatlântico S.A. Empresa da Organização Bradesco CNPJ 33.485.541/0001-06 Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - O: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO No exercício, o Banco Boavista registre de 2013, do Banco Boavista de R\$ 2,7 bilhões e Alivos Totais de R\$ 2,8 bil s autorizadas a funcionar pelo BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil 2013 970.743 2012 920.890 20.890 2 699.852 28.470 671.382 30.895 22.903 7.992 4 4 1.504 ORGOLDAYE

SISPONIBILIDADES (Nota 4)

APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE L'OUIDEZ (Nota 5)

Aplicações no Mendica Aberbo

Aplicações em Despositos Interfinanceiros.

TITULOS E VILOCES MOBILIÂNIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6) 2 778.523 20.493 758.030 13.395 4.734 8.661 982 982 301 EXIGÍVEL A LONGO PRAZO...... OUTRAS OBRIGAÇÕES. Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a). Diversas (Nota 11b)... Vinculados à Prestação de Garantias. RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS. nnsferências Internas de Recursos... PERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7). 1.671 (167) 188.633 154.081 34.552 88 2.654.480 2.529.135 1.231.000 1.295.022 3.113 458.023 458.023 Provisões para Desvalorizações ..
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO 1.289.656 25.868 (20.765 Provisões para Perdas ...
IMOBILIZADO DE USO.
Móveis e Equipamentos
TOTAL 5 2.673.677 2.774,943 2.774.943 2.673.677 s são parte integrante d As Notas Exp nte das Demonstrações Contáb | Exercicios findos em | 31 de dezembro | 2012 | 2012 | 2014 | 2015 | 2015 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 2016 | 20 2º Semestre
2013
34.766
266
34.500
67
67 Ajustes Avaliação Patrimonial Coligadas e RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA.

Operações de Crédito.

Coperações de Crédito.

Coperações de Crédito.

Coperações de Crédito.

DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA.

Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota ResULTADO BRITA PRESULTADO BRITA PRESULTADO BRITA PRESULTADO SERVITO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA.

OUTRAS RECEITAS/IDESPESAS) OPERACIONAIS.

Outras Despesas Administrativas (Nota 15).

Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a).

Outras Receitas Operacionais (Nota 16).

RESULTADO DEPRACIONAL.

RESULTADO DEPRACIONAL.

RESULTADO DEPRACIONAL.

RESULTADO ANTES DA TRIBUTIÇÃO SOCIAL (Nota 18).

LUCRO LÍQUIDO.

Numero de ações (Nota 12a).

Lucro por fote de mil ações em 15.

As Notas Explicativas são part Eventos
Saldos em 30.6.2013....
Ajustes de Avaliação Pat
Lucro Líquido....
Destinações: - Reservas Totais 2.577.026 3.924 73.819 51.915 61.897 1.302.213 15 984 300.662 (3.037) 2.529.135 - Dividendo Saldos em 31.12.2012... Aumento de Capital com 1.217.141 77.881 3.113 89.318 (10.829) 78.489 2.569.275.469 (2.761) (2.761) 129.335 - Dividendos Propostos... Saldos em 31.12.2013..... (1.229) 2.654.480 1.300.000 51.915 1.302.213 50,34 124,43 As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis As Notas Explicativas são parte integrante das Der ões Contábei DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil 2º Semestre 2013 % Descrição

1 - RECEITAS

1 1) Intermediação Financeira...

1 2) Reversão de Provisão para Créditos de
Liquidação Duvidosa...... Fluxo de Calza das Alividades Operacionals:
Lucius de Calza das Alividades Operacionals:
Lucius de Calza das Alividades Operacionals:
Lucius de Calza de Calza de Calza de Cantibulção Social
Lucius Liguidos mites dos limpe dos.
Despesas com Provides Civelis e Fisicals
Pesentado de Participações em Coligidas e Controladas
Resendos de Provides para Desmolrização de Alividos
Resendos de Provides para Desmolrização de Alivida
Resendos de Provides para Desmolrização de Alivida
Luciro Liguido Ajustado
Luciro Liguido Provenida de Credito
Ajumento/Pieduição em Aplicações de Credito
Ajumento/Pieduição em Operações dos Credito
Ajumento/Pieduição em Operações dos Pagos
Calza Liguido Proveniente Núticado das Altividades Operacionals
Liguido Proveniente Santo de Liguidos
Alienação de Barta de Contribução Social Pagos
Calza Liguido Proveniente das Altividades de Investimentos
Calza Liguido Proveniente das Altividades de Financiamentos
Calza Liguido Direveniente da Calza a Equivalentes de Calza
Calza Liguido Utilizado nas Altividades de Financiamentos
Calza Liguido Utilizado nas Altividades de Financiamentos
Calza Liguido Utilizado nas Altividades de Financiamentos
Calza Equivalente de Calza no Início do Período
Almento/(Reduição) Liguida, de Calza a Equivalentes de Calza
Altividas de Calza a Equivalentes de Calza
Altividas de Calza a Equivalentes de Calza a
Altividas de Calza a Equivalentes de Calza a 2012 35,2 38,1 60.742 50.911 17,3 14,5 32.080 34.766 54.973 61.478 36,3 40,6 89.318 (60.639) 151 (60.723) (67) 147.976 (100.151) 193 (100.205) (134) (20) 15 47.825 (978) (86.647) 17.500 1.339 24.739 (18.020) (16.859) (31.100) 346.267 (295.838) (3.378) (292.303) (157) (1.038) 1.038 50.429 127 (99.746) (2.422) 1.572 (10.096) (24.189) 157 9.674 (2.936) (2.493) (285) (21) (30) (20) (25) (62) 57.806 134 (6.639) (3.919) (3.441) (262) (68) (25) (22) (14) (87) 51.054 (2.753) (1.634) (1.438) (139) 28.679 (982) (32.172) 18.590 668 571 (8.254) (3.718) 3.382 (15) (8) (34) **30.446** (0,1) 33,7 33.4 16.5 30.446 33,4 51.054 33,7 57.806 16,5 60.723 66,6 100.205 66,3 292.303 83,5 (4) 202 198 Resultado de Participações em Coligadas e Controladas e Co (7.664) 33.818 **26.160** 292.303 350.109 350.109 30.426 30.426 319.683 3.037 316.646 83,5 100,0 100,0 8,7 8,7 91,3 0,9 90,4 106.336 106.536 (2.084) (2.084) 19.705 8.767 28.472 19.705 (7.977) 28.472 20.495 (7.977) 543 19.952 20.495 543 As Notas Explicativas para peria des Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÂBEIS

a, que tem por objetivo efetuar operações bancárias en desidades configuration de localidade de forma integrada a un conjunto de disturbor e internativa de internat As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contá são parte in

devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretizaes contábeis emanadas das
6 6 dAUPT (cit. dela Sociedades po Arções) com as alterações introduzidas petas Lieis nº 11.638
6 6 dAUPT (cit. dela Sociedades po Arções) com as alterações introduzidas petas Lieis nº 11.638
como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de
fiscais e trabalhistar a perdas por redução ao valor recuperávei (impariment) de años can foi financeir
estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonistrações contribles foram aprovadas pela Administração em 29 de janeiro de 2014.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3) PRINCIPIAS PRATICAS CONTABEIS
3) Media funcional e de apresentação
As demonstrações contituões estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da instituição.
5) Apuração de resultado
6) Apuração de resultado de resultado de resultado de r

com total pritentatus the unique about the American et al. (1) and the company of the company of

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	В
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	Н
(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos em Resolução nº 2 682/99 do CMN	atraso, conforme facultado pela

adas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de Títulos de re entos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda/redução ao valor recuperável c) O Boavist

Em 31 de dezembro - R\$ mil 2012 2013 20.493 20.495 28.470 28.472 into na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que ac

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ a) Composição e prazos

- R\$ mi 1 a 30 dias 181 a 360 dias 2013 2012 Aplicação no mercado aberto: Posição bancada Notas do tesouro nacional. Aplicações em depósitos interfinanceiros. Total em 2013. Total em 2012. 20.493 20.493 758.030 778.523 28.470 28.470 671.382 758.030 758.030 671.382 20.493 28.470 699.852

• de 121 a 150 días		Aplicações em depósitos interfinanc				758		758.030	671.382
• de 151 a 180 días.		Total em 2013 Total em 2012			20.493 28.470	758 671		778.523	699.852
(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme fac	ultada pola				20.470	0/1	.302		055.032
Resolução nº 2.682/99 do CMN.	шишо реш	Classificadas na demonstração do resu			es com títulos e	valores mobiliário	os.		
A atualização (accrual) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar,	sendo que						Exercícios fino	dos em 31 de dez	embro - R\$ mil
o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.							2013		2012
As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.	a provisão								
existente e controladas em contas de compensação por no minimo cinco anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixa	adae contra	Posição bancada Rendas de aplicações em depósitos in					1.1 56.4	753	607 46.726
a provisão e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da rei	negociação	Total (Nota 6b)					58.		46.726
somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos	relevantes						30	202	41.555
justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração a	o normoo o	6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIO		NTOS FINANCE	EIROS DERIVATI	vos			
instrucões do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação do riscos de crédito.	s nonnas e	 a) Classificação por categorias e pro 	azos					F 04 d- d	embro - R\$ mil
g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)						2013		201	
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribu					Valor de	Valor de	Marcação	Valor de	Marcação
e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são reg rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".	istradas na		181 a 360	Acima de	mercado/	custo	marcação 9	mercado/	a
Os créditos tributários sobre as adicões temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as o	uais foram	Titulos	dias	360 dias	contábil (1)	atualizado	mercado	contábil (1)	mercado
constituídos. Os créditos tributários sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social serão realizados de acordo com a geração									
tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas e	xpectativas		8.413	4.982	13.395	13.395	1	30.895	2
atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à aliquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição soc	sial aabra a	Total em 2013	8.413	4.982	13.395	13.395	1		
lucro é calculada considerando a alfouota de 15% para empresas do segmento financeiro.	aai soule o	10tai eiii 2012	18.517	12.378				30.895	2
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.		(1) O valor de mercado dos títulos e v							
De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lu		houver cotação de preços de merca de cotações ou cotações de precos					distribuidores,	modelos de preci	ficação, modelos
do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, d considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tri							ão domonstrade	o no ativo oiroulo	nto
adocão das mencionadas Leis estão recistrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.	Julailos da	b) Resultado de títulos e valores mo		s titulos ciassilici	auos como para	negociação esi	10 dellionstrado	is no anvo circula	ine.
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de rea	lização dos	b) Resultado de titulos e valores inc	billarios				Exercícios fina	dos em 31 de dez	embro - R\$ mil
créditos tributários estão apresentados na Nota 18.							2013		2012
 h) Investimentos Os investimentos em controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são availados pelo 		Receita de aplicações interfinanceiras	de liquidez (Nota	5b)			58.	202	47.333
Os investimentos em controladas e coligadas, com influencia significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo equivalência obtrimonial.	merodo de	Títulos de renda fixa						981	2.423

 Exercicios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

 2013
 2012

 58.202
 47.333

 1.981
 2.423

 60.183
 49.756

	ı		Boavista Empresa da Org CNPJ 33.4	anização B 85.541/0001-0	radesco 6					Gettike, Elaboração e Dividação de Palatórias de Araliles Econômicas Financeira e Democrativações Condições (Conocidades da Organização SOO 9001
OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PAR Omposição total das carteiras e prazos	A CRÉDITOS DE LIQUIDA		LICATIVAS DA ADMINISTR	AÇÃO ÀS DEM	MONSTRAÇÕES CONT	TÁBEIS				
	1 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 180	Curso normal 181 a 360	Acima de		Total	Em 31 de d	ezembro - R\$ mil
Operações de crédito Empréstimos. Total das operações de crédito	222 222	112 112	dias -	dias	dias	360 dias	2013 334 334	% 0,8 0,8	2012 1.671 1.671	% 4,0 4,0
Avais e fianças (1)	222 222	112 111	111	380	847	39.045 39.045 40.080	39.045 39.379	99,2 100,0	40.080 41.751	96,0 100,0
(1) Contabilizados em contas de compensação. b) Modalidades e níveis de riscos				f) Moviment	ação da provisão para c	réditos de liquidação d	luvidosa			
Operações de crédito	D 2013	Total %	Em 31 de dezembro - R\$ mil Total 2012 %	Saldo inicial	1				Em 31 de d 2013	2012 324
Total em 2012	334 33 334 33 1.671		1.671 100,0 1.671 100,0	Reversão de Saldo final Provisão gen	érica (1)				(134) 33 33	(157) 167 167
Maior devedor.	2013 9 334	% <u>2</u>	Em 31 de dezembro - R\$ mil 2012 % 1.671 100,0	(1) Constituío	o de créditos baixados o da em razão da classifica	ção do cliente ou da ope	ração; e	do BACEN	1.246	1.009
Dez maiores devedores	334	100,0	1.671 100,0 Em 31 de dezembro - R\$ mil	No período n	ão ocorreram renegociaço			TO DIVOLITE		
Setor privado Indústria	2013 9 334	100,0	1.671 100,0	a) Rendas a Refere-se a c		montante de R\$ 152.447	mil (2012 - R\$ 154.081 mil).			
e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos		100,0	1.671 100,0 Em 31 de dezembro - R\$ mil	b) Diversos				_	2013	ezembro - R\$ mil 2012
Saldo da carteira Curso Nivel de risco normal Total	Mínimo requerido %	Genérica	Provisão	Créditos a re	ra interposição de outros ceber (Nota 19a) (1)				189.506 119.713 69.988	183.557 135.613 84.447
D 334 334 Total em 2013 334 334 % 100,0 100,0 Total em 2012 1,671 1,671	100,0 10, 100,0	.0 33 33 100,0 167	33 167 33 100,0		ra interposição de recurso stários (Nota 18c)	os fiscais			59.942 25.048 464.197	57.684 31.274 492.575
% 100,0 100,0 100,0 9) INVESTIMENTOS		100,0	100,0	(1) Refere-se	a Direitos a Receber dos	s ex-controladores.				
a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patris	monial dos investimentos for	am registrados em o	ontas de resultado, sob a rubrio	a de "Resultado	de participações em colig	gadas e controladas".			Em 31 de d	ezembro - R\$ mil
Empresas	Capital social	Patrimônio Iíquido ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milha Ações		no capital social %	Lucro líquido ajustado	Valor contábil 2013	2012	Ajuste decor de avaliaçã 2013	
Tibre Holdings Ltda	218.660 1.028.459 551.937	425.646 1.334.860 1.003.611	31.268	194.660 460.134	100,000000 7,266302 83,367175	37.285 68.500 69.121	425.646 96.995 836.682	381.054 125.681 782.415	37.285 4.977 57.556	28.550 6.677 256.751
Outros Investimentos							666 1.359.989	506 1.289.656	387 100.205	325 292.303
(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurad b) Composição de outros investimentos	os, periodicamente, pelas Co	ompanhias e inclui va		17) TRANSA	ÇÕES COM O CONTRO	LADOR, CONTROLADA				
Investimentos por incentivos fiscais		2013 14.5	Em 31 de dezembro - R\$ mil 2012 59 14.559 42 42	a) As transa praticadas c	ações com o controlad com terceiros, quando ap	lor, empresas controla plicável, vigentes nas d	das e coligadas são efetua atas das operações e estão a	assim representad	das: Em 31 de d	ezembro - R\$ mil
Outros investimentos. Subtotal Provisão para perdas com investimentos por incentivos fiscais.		11.2 25.8 (10.5	71 11.267 72 25.868 32) (10.532)		em depósitos interfinanc		2013 Ativos (passivos)	2012 Ativos (passivos)	2013 Receitas (despesas)	2012 Receitas (despesas)
Provisão para perdas em outros investimentos		(10.2) (20.7) 5.1)	33) (10.233) 65) (20.765)	Banco Brade	sco S.Ano mercado aberto:	ceiros:	758.030 20.493	671.382 28.470	56.449 1.753	46.726 607
 10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕ a) Ativos contingentes Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes. 				Dividendos: Banco Brade Embaúba Ho	sco S.Aldings Ltda		(1.229) 547	(3.037) 2.438	-	
 b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legal A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível e fiscal, de Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião 	orrentes do curso normal de dos assessores jurídicos, a	suas atividades. natureza das ações	s, a similaridade com processo	Outras	adora de Créditos Financ ação do pessoal-chave		151.848 47 5	151.494 63 75	- - -	
anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para aten O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido caiba mais recursos, ou a sua prescrição.	der às perdas decorrentes d	os respectivos proce	essos. Ses judiciais, sobre as quais nã	Anualmente i O montanti	na Assembleia Geral Ordi e global anual da remuner	inária é fixado: ração dos Administradore	es, que é definido em reunião do orme determina o Estatuto Soci entar aberta dos Administradore	lo Conselho de Adn	ministração da Organizaç	ão Bradesco, a ser
Processos cíveis São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de	controladas individualmente assessores jurídicos, nature:	e por meio de sistem za das ações, similar	na informatizado e provisionada idade com processos anteriores	e Administi A Instituição	radores da Instituição.		entar aberta dos Administradore eus Administradores são remu			
complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descum que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da In	stituição.			A Instituição CPC 10 - Pag	não possui benefícios de gamento baseado em Açõ	longo prazo, de rescisão Ses, aprovado pela resolu	de contrato de trabalho ou ren ição CMN nº 3.989/11, para se	nuneração em instr eu pessoal-chave d	rumento baseado em aç la Administração.	ies, nos termos do
II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalida não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas	com a opinião dos assessor evoluções nos trâmites do Ji	res jurídicos. Essas o udiciário, e no decor	obrigações legais e as provisõe	s b) Pessoas f	e membros dos conselhos ísicas ou jurídicas que pa	s consultivos ou administ rticipem de seu capital, c	odem conceder empréstimos o rativo, fiscais e semelhantes, b com mais de 10%; e	oem como aos resp	oectivos cônjuges e parer	-
processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a re III - Movimentação das provisões	eversão das respectivas prov	isões.	Em 31 de dezembro - R\$ mil	instituição, be Dessa forma,	em como seus cöniuges e	e respectivos parentes ate instituições financeiras en	e 10%, a própria instituição fir é o 2º grau. npréstimos ou adiantamentos a			
Saldo no início do exercício		Cíveis 13.2	Fiscals e previdenciárias (1) 13.526	18) IMPOST	O DE RENDA E CONTRI	BUIÇÃO SOCIAL	e renda e contribuição social		urfalas fladas ass Od da d	b Deil
Atualização monetária. Pagamentos. Saldo no final do exercício (Nota 11a e 11b)		(2) 12.9		Encargo total	ntes do imposto de rend do imposto de renda e cor	ntribuição social às alíquo	tas de 25% e 15%, respectivam		2013 147.976 (59.190)	2012 346.267 (138.507)
(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais. c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos or	s processos administrativos	s e judiciais em qu	e figura como "autora" ou "re	Participações Despesas inc	dições e exclusões no c s em coligadas e controlad dedutíveis líquidas de rece	das			40.082 (1.792) 2.259	116.921 (1.802) (3.196)
 e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária contingentes avaliados como de risco de perda possível não são rec processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza 	de acordo com a expecta a, a reclassificação dos risco conhecidos contabilmente. I	tiva de insucesso. I os desses processos	Periodicamente são realizada s. Neste contexto, os processo	s Imposto de i	renda e contribuição soc ção da conta de resultad		e contribuição social	Fxen	(18.641) cícios findos em 31 de d	(26.584)
11) OUTRAS OBRIGAÇÕES a) Fiscais e previdenciárias	relevante.				renda e contribuição so	cial devidos			(12.415)	2012 (17.337)
Impostos e contribuições a recolher (1)		2013 82.4 13.7	Em 31 de dezembro - R\$ mil 2012 52 100.139 12 13.526	Utilização de	feridos: realização no exercício, si e saldos iniciais de: a de contribuição social	obre adições temporária:	3		(107) (2.295)	(2.355) (2.769)
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar Provisão para imposto de renda diferido (Nota 18c) Total		7.5i 2.2i 106.0	61 10.260 85 4.030	Prejuízo fisca Total dos im Imposto de i	al postos diferidosrenda e contribuição soc				(3.824) (6.226) (18.641)	(4.123) (9.247) (26.584)
(1) Inclui R\$ 82.113 mil (2012 - R\$ 98.961 mil) referente ao PAES, instituío b) Diversas	do pela Lei nº 10.684, de 30 i	de maio de 2003 (No	ota 19a). Em 31 de dezembro - R\$ mil	c) Origem d	os créditos tributários d	de imposto de renda e o	Saldo em			R\$ mil Saldo em
Provisões cíveis (Nota 10b)		2013 12.9	2012 97 13.272 27 278	Provisão para Provisões cív Provisões fisi	a créditos de liquidação di veis	uvidosa	31.12.2012 581 5.309 4.660	Constituição - 19 74	Realização 53 129	31.12.2013 528 5.199 4.734
Total		13.23		Provisão para Outros	a desvalorização de títulos a desvalorização de bens	não de uso		130	8 140	4.734 1.444 27 1.818
O Capital social no montante de R\$ 1.300.000 mil (2012 - R\$ 1.231.000 mordinárias, nominativas escriturais sem valor nominal. b) Movimentação do capital social				Prejuízo fisca Total dos cre	éditos tributários sobre al e base negativaé ditos tributários (Nota 8 fiscais diferidas (Nota 1	8b)	13.857 17.417 31.274 4.030	223 223 248	330 6.119 6.449 1.993	13.750 11.298 25.048 2.285
Em 31 de dezembro de 2012 Aumento de capital com reservas - AGO/E de 18.4.2013 (1) Em 31 de dezembro de 2013	_ Qu	2.569.275.4 2.569.275.4	- 69.000	Créditos trib	outários líquidos das obr	rigações fiscais diferida		(25)	4.456	22.763
Em 24 de maio de 2013, o BACEN homologou a deliberação para au mediante a capitalização de parte dos saldos das contas "Reservas o Estatutária.	mento do capital social, no r de Lucros", sendo R\$ 32.432	montante de R\$ 69.0	000 mil, sem emissão de açõe:	3, 8			Diferenças temp	porárias ntribuição Im	Prejuízo fiscal e base negativa posto Contribuição	-
c) Reservas de lucros		2013	Em 31 de dezembro - R\$ mil	2014 2015 2016				1.488 1.742 1.994	renda social 4.581 2.68 2.665 1.36	Total 9 10.910 3 8.471 - 5.364
Reservas de lucros		1.354.1: 51.9 1.302.2	28 1.295.022 15 77.881 13 1.217.141					114 5.338 ionada à expectativ		- 303 2 25.048
Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do períodidas reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz ou para compensar prejuízos; e Compando à manutenção de margem operacional compatível com o de deservacional compatível com o de manutenção de margem operacional compatível com o de margem operacional compatível com operacional	obrigatória. A reserva legal s	somente poderá ser i	utilizada para aumento de capita	O valor prese R\$ 29.366 m negativa da c	ente dos créditos tributário iil), sendo R\$ 12.938 mil i contribuição social.	os, calculados considerar	ndo a taxa média de captação, le diferenças temporárias e R\$, líquida dos efeitos	s tributários, monta a R\$	23.888 mil (2012 - juízo fiscal e base
100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, s d) Dividendos e juros sobre o capital próprio	sendo o saldo limitado a 959	% do Capital Social I	integralizado.	A sociedade	monetária de depósitos j	is diferidas de imposto (judiciais.	de renda e contribuição socia	l no montante de	R\$ 2.285 mil (2012 - R\$	4.030 mil) relativa
Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou divi 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a l semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou lucros tai título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parc	de Reservas de Lucros exis dal aos dividendos intermedia	stentes, e, podendo a ários, ou, em adição	ainda, autorizar a distribuição d	 a) Por força : Bradesco S.A 	S INFORMAÇÕES do Instrumento Particular A., os ex-controladores do	de Contrato de Promess Banco Boavista, julgarar	sa de Integração Empresarial e n oportuno o exercício da opçã	e Outros Pactos, de io para aderir ao PA	e 7 de julho de 2000, firm AES, objetivando o parcel	nado com o Banco lamento de débitos
O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezemb	ro está demonstrado a segui	2013 129.3	RS mil 2012 35 319.683	R\$ 165 340 r	nil conforme faculdade in	istituída nela Lei nº 10 68	os quais vinham sendo quest 4, de 30 de maio de 2003. elamento serão quitados no			
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro. Base de cálculo. Dividendos propostos		(6.4) 122.8 1.2	66) (15.984) 69 303.699 29 3.037	Os valores a R\$ 69.988 m (Nota 10a) e	itualizados relativos às ol il (2012 - R\$ 84.447 mil), outros créditos - diversos	brigações fiscais de R\$ por força do citado instri	82.113 mil (2012 - R\$ 98.96 umento estão, respectivamente	1 mil) e o respect	tivo direito a receber do	s ex-controladores
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado		1,0 0,	1.0%	A atividade d	mento de riscos de gerenciamento dos risc Organização Bradesco, n	cos é altamente estratég notivo de constante apri	gica em virtude da crescente o moramento desta atividade na o integrado e independente, pr	complexidade dos a busca das melho	serviços e produtos e da res práticas.	a globalização dos
Serviços técnicos especializados		2013	os em 31 de dezembro - R\$ mil 2012 41 2.493	desenvolveno os níveis hier	do e implementando meto rárquicos, desde as áreas	dologias, modelos, ferrar de negócios até o Cons	nentas de mensuração e contr	ole. Promove ainda	a a atualização dos colab	oradores em todos
Propaganda e publicidade Comunicações Transportes Serviços do sistema financeiro			62 285 25 30 22 20 14 25	O Boavista o mercado, de	omo parte integrante da C liquidez e operacional.	Organização Bradesco ao	dota a estrutura de gerenciame	ento de riscos desta	a, no gerenciamento de i	risco de crédito, de
Courses. Total			55 83	pronunciame pelo CMN. Os pronuncia	ntos contábeis, bem como ementos contábeis iá anno	o suas interpretações e o	internacionais de contabilidade orientações, os quais serão ap	, o comité de Pron dicáveis às instituiç	pões financeiras somente	e quando aprovado
Contribuição à COFINS		2013		 Resolução Resolução 	nº 3.566/08 - Redução ao nº 3.604/08 - Demonstrar	o Valor Recuperável de A cão do Fluxo de Caixa (C	tivos (CPC 01); CPC 03); das (CPC 05); Ativos Contingentes (CPC 25)			
Contribuição ao PIS		45	53 513 38 173	 Resolução Resolução Resolução 	nº 3.973/11 - Evento sub: nº 3.989/11 - Pagamento nº 4.007/11 - Políticas Co	sequente (CPC 24); baseado em Ações (CP ontábeis. Mudanca de Es	C 10); timativa e Retificação de Erro			
15) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		2013	os em 31 de dezembro - R\$ mil	 Resolução Atualmente, i será de formi 	nº 4.144/12 - Pronunciam não é possível quantificar a prospectiva ou retrospec	nento Conceitual Básico quando o CMN irá apro ctiva.	(R1). var os demais pronunciamento	os contábeis do CP		
Reversão de outras provisões operacionais		1: 8.2 2.3	20 5.526 07 28.059	 d) Em 11 de A MP 627/13 A revogaçã 	novembro de 2013, foi pu dispõe sobre: to do Regime Tributário de	iblicada a Medida Proviso Transição (RTT), discipli	oria nº 627 (MP 627/13) que alti nando os ajustes decorrentes o			
Total		10.69	96 35.983	 A tributaçã por control O parcelan 	adas e coligadas; e nento especial de contribu	niciliada no Brasil, com re uição para o PIS/Pasep e	elação ao acréscimo patrimoni à Contribuição para o Financia	amento da segurid	lade Social - Cofins.	
Juros sobre obrigações		2013 17.10	- 2.600	A Instituição impactos rele e) Não hou	aguardará a conversão evantes. ve outros eventos subs	em Lei da MP 627/13 p	m ajustes ou divulgações p	nda e conclusiva. E	Em uma avaliação preli	
Provisões cívels. Patrocínio de caráter cultural			47 1.904 93 150 33 435	dezembro de	e 2013.		A DIRETORIA	000000		
Total		17.3	41 26.309			Luiz Hilipe Lope	s Soares - Contador - CRC 15	ar 20012770-5		continua

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.485.541/0001-06
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

■ Sempre é o mesmo jeito, trabalhamos em situações de semi-escravidão

Raul Mock, médico cubano

KPMG



Médico cubano denuncia exploração

Exilado no Brasil, Raul Mock conta que seu nome foi retirado do programa Mais Médicos e que sua classe sofre com a falta de clareza de Cuba quanto a salário.

médico cubano Raul Ernesto Mock Pol. cuio vídeo circula pela internet com denúncias contra o Programa Mais Médicos do governo federal, confirmou em en-trevista ao *DC* que o governo brasileiro o teria excluído do programa, mesmo depois de ter passado nos exames. Ele é visto como "desertor".

Em 2009, o médico cubano abandonou um convênio feito entre Cuba e Venezuela, e fugiu para o Brasil, onde vive até hoje. No ano passado, Raul Er-nesto se inscreveu no Programa Mais Médicos e, depois de tersido classificado, seu nome teria sido "apagado da lista oficial por razões políticas".

Raul saiu da ilha em 2007 pa-ra trabalhar na Venezuela por meio de um acordo entre os go-

vidão onde todos trabalhavam por um salário miserável". "Antes de sair de Cuba, não nos informaram o quanto íamos ga-nhar, mas garantiram que seria o suficiente", revela. O salário, de acordo com Raul, era de cerca de US\$ 100 mensais. "Não dava para nada".

Dois anos depois, ele decidiu fugir da Venezuela e atravessar a fronteira com o Brasil, Assim que chegou, pediu refúgio político aqui, que lhe foi negado. Hoje ele vive em São Paulo com a mulher brasileira e tem visto

permanente. Em 2013, Raul soube do Mais Médicos e se inscreveu no 2º ciclo. "Vi numa lista do Ministério da Saúde que eu estava classificado e homologado para trabalhar em Santa Isabel, São Paulo. Mas no dia seguinte, quando saiu a lista oficial, meu nome não estava mais lá".

Raul ligou para a Secretaria de Saúde de São Paulo e foi in-formado que o caso iria ser averiguado. "Até hoje ninquém me ligou"

Procurado para dar esclare cimentos sobre o caso, o Mi-nistério da Saúde não se manifestou até o fechamento dessa edição, na noite de ontem. "Como eu fugi da Venezue

la, Cuba passou a me conside rar desertor. De alguma forma isso pesou e influenciou para que me tirassem do programa brasileiro", disse o médico. Raul Ernesto publicou a de

núncia em um vídeo e, nele menciona o caso da médica cubana Ramona Rodríguez que abandonou o Mais Médicos porque ganhava menos do que o que havia sido prometi-do. "Sempre é o mesmo jeito, trabalhamos em situações de semi-escravidão. Ramona também foi enganada."

O vídeo foi feito com ajuda da Associação Médica Brasi-leira (AMB). "Euvi o pronuncia-mento da AMB no caso da Raona e decidi pedir ajuda". A



contatou a associação assim que lançou, em 13 de fevereiro, o programa de Apoio ao Mésoria jurídica para pedido de refúgio ou asilo no Brasil, curso preparatório para o exame Revalida e aulas de portu-guês.Para o futuro, o médico

pretende prestar o Revalida e clinicar no Brasil livremente.

Raul tem família e um filho em Cuba. "Não temo, sei que ele está seguro", disse

Oposição pede inquérito para investigar fraude de Chioro

A oposição entra com representação. Quer saber se houve fraude à lei.

oposição entrou ontem com uma representação na Procuradoria-Geral da República pedindo a abertura de inquérito civil público para investigar se houve fraude à lei para Arthur Chioro assumiro Ministério da Saúde A iniciativa veio um dia após a Comissão de Ética Pública da Presidência arquivar denún-

cia do PPS contra ele. Na representação, o líder do PPS na Câmara, Rubens Bueno (PR), argumenta que Chio-ro era proprietário da empresa de consultorias Consaúde, especializada na área e presta-dora de serviços para prefeitu-ras de São Paulo.

Para o partido, o fato representa evidente conflito de in-teresses entre a atividade privada e as atribuições de ministro da Saúde

COTAS PARA A ESPOSA

O líder do PPS destaca ainda que, com o propósito de afastar a caracterização do conflito, Chioro, conforme foi noti-ciado pela imprensa, teria transferido suas cotas na Consaúde à sua esposa Roseli Re-



Arthur Chioro, ministro da Saúde

cotas da Consaúde para sua própria esposa ele pode ter praticado um ato de improbidade administrativa", afirma Rubens Bueno.

PROMESSA DE INATIVIDADE

Segundo voto do conselhei-ro da Comissão de Ética Pública, Marcelo Alencar de Araújo, que foi acompanhado pela maioria do colegiado, não fi-cou configurado descumprimento de "compromisso mo ral" por parte do ministro, já que foi apresentada Declaração de Inatividade da Consaúde Consultoria. No documento, Roseli Régis dos Reis, esposa e sócia, declara que a em-presa "ficará inativa de suas atividades" por "tempo indeterminado"

No relatório, Marcelo Araújo diz ainda que a "mera cessão de cotas da sociedade em data anterior a da assunção no cargo de ministro de Estado não permite a avaliação da conduta da autoridade".

CONFLITO DE INTERESSES

Citando o código de condu-ta da Administração Pública, o relator alega que a pessoa, ao assumir um cargo público, po-de prevenir a ocorrência de conflito de interesses abrindo mão ou licenciando-se do car-

go em questão. Como a empresa foi declarada como inativa, o relator sugere que, se as atividades da Consaúde forem retomadas, o ministro Arthur Chioro evite o conflito de interesses e não pratique "ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agen-te público, seu cônjuge" ou parentes de até terceiro grau.

PF faz greve de 48 horas

piloscopistas da Polícia Federal iniciaram ontem uma greve de 48 horas. Segundo a Federação Nacional dos Policiais Federais, profissionais de todos os estados e também do Distrito Federal aderiram ao movimento que reivindica aumento salarial. reestruturação de carreira e novo concurso para mais vagas. Na majoria dos estados, a paralisação foi parcial e vários serviços prestados à população não foram interrompidos



Agentes da PF fazem enterro simbólico da segurança pública



Aqui você encontra a maior variedade de produtos e



manuais, equipamentos de proteção individual (EPI) e material de fixação, étrica, hidráulica, pintura,

ferragens, lubrificantes e

NOSSO SITE E SEJA NOSSO

imenti.com.br

Rua Carneiro Leão, 143 - Brás - São Paulo - SP (11) 3340-7200